

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 06 de janeiro de 2023 às 09h59
Seleção de Notícias

Época Negócios - Online | BR

Marco regulatório | INPI

Petrobras bate recorde de pedidos de depósito de patente no INPI pelo 2º ano e é vencedora de prêmio de inovação 3
ESTADÃO

Congresso em Foco | BR

Direitos Autorais

Rui Falcão: grandes plataformas devem pagar por produção jornalística 4

Estado de Minas - Online | MG

Marco regulatório | INPI

Decreto do governo Lula vincula INPI a novo ministério 7
ESTADO DE MINAS

Metrópolis Online | DF

Direitos Autorais

Ludmilla é processada por suposto plágio em hit de sucesso: entenda 8

TecMundo.com | BR

Direitos Autorais

Youtuber vence Nintendo em briga por direitos autorais sobre vídeo de Zelda 9

Petrobras bate recorde de pedidos de depósito de patente no INPI pelo 2º ano e é vencedora de prêmio de inovação

Estatual ganha Prêmio ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) de Inovação 2022 - Foto: Petrobras/Divulgação)

Pelo segundo ano consecutivo, a Petrobras bateu o recorde de pedidos de depósito de patentes junto ao **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**INPI**), com 128 novos pedidos depositados até o dia 30/12, superando os 119 depósitos de 2021, informou a estatal.

Com essa marca, a empresa mantém a posição de liderança entre depositantes nacionais: empresas, universidades e Institutos de Ciência e Tecnologia. A Petrobras vem conquistando posições nesse ranking: passou do 5º lugar, em 2019, para o 2º, em 2020 e, desde o ano passado, lidera os pedidos de **patente**.

Petrobras seguirá preços internacionais e não paridade de importação, reitera Prates
Petrobras recebe nível mais alto de Índice de Governança de secretaria

"A Petrobras é uma das maiores agregadoras do ecossistema de inovação em energia do País. Por meio do Cenpes (Centro de Pesquisa), e do nosso pessoal altamente capacitado, desenvolvemos tecnologias e firmamos parcerias com as principais instituições científicas e empresas de base tecnológica no Brasil e no exterior", afirma o diretor de Transformação Digital e Inovação, Paulo Palaia.

Segundo ele, que assumiu a pasta em setembro do

ano passado, essas parcerias "são fundamentais para antecipar soluções, superar desafios e inovar, gerando os melhores resultados para o negócio", completou.

A Petrobras é a empresa brasileira que mantém mais patentes ativas, com 1.100 depósitos no País. A maioria dos projetos relacionados aos 128 pedidos de 2022 foi desenvolvida para atender demandas de exploração e produção, refino, gás e energia, renováveis e projetos de desenvolvimento sustentável, como descarbonização e redução de emissões.

O Plano Estratégico da Petrobras 2023-2027 prevê investimentos da ordem de US\$ 2,1 bilhões em transformação digital e inovação e a meta de superar o número de 1.200 patentes ativas no Brasil em 2025.

Inovação

A Petrobras foi também a grande vencedora do Prêmio ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) de Inovação 2022. A empresa ficou em primeiro lugar em quatro das cinco categorias e finalista com 13 projetos em parceria com universidades, instituições de pesquisa e outras empresas.

O prêmio reconhece os resultados associados a projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P-D&I), que representem tecnologias de interesse do setor de Petróleo, Gás Natural, Biocombustíveis, Petroquímica, Energias Renováveis, Transição Energética e Descarbonização.

Rui Falcão: grandes plataformas devem pagar por produção jornalística

Sylvio Costa

05.01.2023 10:41

0

Vídeo

Em

Governo

Apoie

Projeto Bula

Vídeo

Apoie

Reeleito em outubro para o terceiro mandato de deputado federal, Rui Falcão (PT-SP) foi um dos homens fortes da campanha vitoriosa de Lula, na qual dividiu a coordenação de comunicação com Edinho Silva. Não terá cargo no governo, mas continuará sendo uma voz influente do partido, que presidiu de 2011 a 2017. Em especial no debate sobre temas de caráter mais estratégico, como comunicação.

É essa a área de origem do deputado, um bacharel em Direito (pela USP) que preferiu seguir a profissão de jornalista. Rui quer integrar, a partir deste ano, a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados. Em uma curta entrevista ao Congresso em Foco, em vídeo, ele defende a "regulação democrática" das grandes plataformas digitais (Google e redes sociais, basicamente) e das concessões de rádio e TV.

Nos dois casos, afirma que as propostas serão construídas pelo diálogo com os diferentes atores en-

volvidos e pela análise da experiência internacional. Antecipa que uma mudança que considera necessária é a instituição de pagamento, por parte das plataformas, da produção jornalística que elas aproveitam em seus ambientes. Volta ao tema adiante.

Também afirma que os autores dos crimes praticados durante o governo Bolsonaro devem ser responsabilizados, "submetidos ao devido processo legal". "Não se faz pacificação sem justiça. Nada de passar o pano!", disse, destacando que o país vive uma "explosão de alegria pelo retorno da democracia".

Observa ainda que o terceiro governo Lula precisará ter "ampla participação popular" para evitar o retorno das "ameaças autoritárias, que são mundiais". Finalmente, elogia os primeiros discursos e as primeiras medidas adotadas pelos membros da nova gestão, "que reafirmam os compromissos de campanha: reconstruir o Brasil, combater a fome, restaurar a democracia e fortalecer as instituições".

A proposta de taxação das plataformas enfrenta a oposição das big techs e divide opiniões entre legisladores, estudiosos e produtores de conteúdos. Ela está prevista no artigo 38 do Projeto de Lei (PL) 2630/2020, mais conhecido como PL das Fake News. Já aprovado pelo Senado, ele está pronto para ser votado pelo Plenário da Câmara.

Pesquisadores do setor que integraram a equipe de transição são favoráveis à aprovação do projeto, na versão proposta pelo relator, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) - veja a íntegra. Mas fazem ao texto duas restrições, uma delas exatamente ao seu artigo 38, que trata do assunto. A proposta condiciona o pagamento a posterior regulamentação e o restringe aos **direitos** autorais. Ou seja: a repartição das receitas seria proporcional ao volume de conteúdos veiculados nas plataformas, beneficiando os maiores

Continuação: Rui Falcão: grandes plataformas devem pagar por produção jornalística

produtores de conteúdo e desfavorecendo iniciativas com maiores dificuldades de financiamento, como aquelas surgidas em municípios nos quais há maiores dificuldades de acesso a publicidade e a outras fontes de financiamento do jornalismo ou veículos comprometidos com a defesa de valores democráticos (nem sempre bem vistos por anunciantes e patrocinadores).

Uma ideia que cresce entre integrantes e apoiadores do governo Lula está consolidada em anteprojeto preparado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Inspirado em estudos da Federação Internacional dos Jornalistas, ele cria uma contribuição de intervenção do domínio econômico (Cide), com alíquotas variando de 0,5% a 5% da receita bruta das empresas, de acordo com o faturamento da companhia (a alíquota máxima seria paga por quem fatura anualmente mais de R\$ 300 milhões).

Com os recursos arrecadados, seria constituído o Fundo Nacional de Apoio e Fomento ao Jornalismo. O dinheiro seria distribuído não apenas em função do alcance e do número de conteúdos jornalísticos em circulação nas grandes plataformas, mas também por critérios democráticos, tais como a representação de segmentos da população com menor acesso à informação, incluindo os chamados "desertos de notícias" (municípios sem meios de comunicação locais) e a mídia independente. O pressuposto é que financiar o jornalismo de qualidade é um antídoto poderoso contra as fake news, o discurso de ódio e a apologia da violência, que encontraram nas plataformas digitais um terreno fértil para prosperarem.

Há vários outros projetos sobre o assunto em tramitação na Câmara dos Deputados. Um deles, o PL 2950/2021, foi apresentado pelo próprio Rui Falcão

em agosto de 2021, mas até agora sequer teve a indicação de relator. A proposta prevê o pagamento de recursos, por parte das plataformas, diretamente às organizações jornalísticas e aos autores dos conteúdos.

Bia Barbosa, estudiosa do tema e que integrou a equipe de transição na área de comunicações, vê no projeto de Rui Falcão o mérito de buscar a aplicação imediata da taxa. "No texto do Orlando Silva, a proposta é bem mais genérica e deixa o assunto para regulamentação futura", comenta. Mas considera a proposta de execução complexa e ainda baseada no pagamento condicionado a **direitos** autorais.

De acordo com Bia Barbosa, "a proposta da Fenaj é mais interessante porque, além de não restringir a remuneração ao pagamento de **direitos** autorais, cria um fundo que funcionará de acordo com critérios objetivos, a serem estabelecidos em lei de forma transparente". Bia defende a aprovação do PL das Fake News com a supressão do artigo 38, deixando assim o tratamento da matéria para outro momento.

Faz objeção também ao parágrafo oitavo do artigo 22 do substitutivo de Orlando Silva, que estende a imunidade parlamentar às postagens feitas pelos congressistas nas redes sociais. "Isso foi uma concessão feita pelo relator à bancada bolsonarista, que exigiu a inclusão desse dispositivo para votar a favor do texto, mas temos aí um problema. É exatamente a ação de alguns parlamentares que contribui para o uso indevido das plataformas através de discurso de ódio ou da apologia da violência e de atos antidemocráticos, por exemplo".

Sentiu como o debate promete? Numa rápida consulta a um representante de uma das maiores big techs, este blog colheu a seguinte resposta: "Estamos

Continuação: Rui Falcão: grandes plataformas devem pagar por produção jornalística

conversando e acho que o assunto pode evoluir, principalmente melhorando a transparência de processos internos e estabelecendo critérios de conduta que preservem os interesses de minorias, por exemplo. Mas a questão da remuneração é mais complicada porque a indústria é contra".

Vale acrescentar que, na entrevista, Rui Falcão não

entrou em detalhes sobre o formato final que poderá ter a regulação da questão. "Temos que dialogar. Não é uma coisa unilateral, impositiva". Veja o vídeo:

Sylvio CostaTércio Amaral

Decreto do governo Lula vincula INPI a novo ministério

Nova gestão terá o desafio de combater o backlog relativo aos pedidos de patentes. O ministério foi recriado pelo governo Lula por meio do Decreto 11.340/23. O vice-presidente Geraldo Alckmin assumiu ontem, 04 de janeiro, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) recriado pelo governo Lula por meio do Decreto 11.340/23. Serão de sua competência assuntos como política industrial e de economia verde, políticas ligadas à micro e pequena empresa e à defesa comercial, comércio exterior, propriedade industrial e metrologia. Com isso, o **INPI** (Instituto da Propriedade Industrial) fará parte de sua estrutura. Daí surgem expectativas sobre como será a nova gestão da autarquia e sobre medidas necessárias para uma melhor proteção jurídica das inovações no país. Leia: [link](#)

É certo que, se houve medidas importantes nos últimos anos, alguns desafios ainda precisam ser enfrentados. O maior deles é o backlog representado pelo atraso no exame de pedidos de patentes e de registros de marcas. Embora tenha diminuído com as gestões anteriores, ele ainda é significativo e prejudicial para inventores, para a indústria e para a inovação em geral. É comum, por exemplo, que um processo para a análise de uma patente de invenção dure mais de 10 anos. Leia: [link](#) Nesse contexto, o STF, em maio de 2021, declarou inconstitucional o

parágrafo único do artigo 40 da Lei de Propriedade Industrial (Lei 9279/96). O caput do artigo prevê que a patente de invenção vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos contados da data do depósito (pedido) feito ao **INPI**. O parágrafo único previa que, se o processo durasse mais de dez anos, o prazo de vigência seria de dez anos contados da data da concessão da patente. Era uma forma de compensação, portanto. Pela decisão do Supremo, passou a valer apenas a regra geral de 20 anos, contados a partir da data do pedido, independentemente do tempo de análise no **INPI**. Para a corte, essa prorrogação automática prevista em lei era contrária à ideia de temporalidade da patente e à livre concorrência, pois permitia que uma empresa explorasse produtos por um período muito longo. Leia: [link](#) Na oportunidade, o Ministro Dias Toffoli recomendou ao **INPI** a contratação de servidores e a modernização tecnológica, como medidas para otimizar os processos e diminuir o acúmulo de pedidos sem análise. Leia: [link](#) É o que se espera da nova gestão, sem que haja, porém, uma descontinuidade do que já vinha sendo realizado neste sentido pelo governo anterior, algo muito comum no país quando se trata de políticas públicas, incluindo as de incentivo à ciência e tecnologia. O autor desta coluna é Advogado, Especialista e Mestre em Direito Empresarial. Sugestões e dúvidas podem ser enviadas para o email elfelipe@ribeirorodrigues.adv.br

Ludmilla é processada por suposto plágio em hit de sucesso: entenda

A cantora Ludmilla está sendo processada por um suposto plágio da música Essa é a Minha Tara. Reynaldo Veríssimo da Purificação acusa a artista e a Warner de usar o seu trabalho nas canções Vem Amor Bate e Não Para e Vem Amor, sucessos da esposa de Brunna Gonçalves. De acordo com a colunista Fábria Oliveira, do Em Off, Reynaldo diz ser cantor e compositor, sobrevivendo com o comércio de alimentos e bebidas.

Publicidade do parceiro Metrôpoles 2Publicidade do parceiro Metrôpoles 3Publicidade do parceiro Metrôpoles 4Publicidade do parceiro Metrôpoles 5Publicidade do parceiro Metrôpoles 6

0No processo, ele aponta que notou, por meio das redes sociais, que sua música estaria sendo utilizada

nas canções de Ludmilla. Ainda de acordo com Reynaldo, ele teria cedido seus **direitos** autorais à Link Records Produções e Entretenimentos. A música de Reynaldo cita: "Vem amor, bate e não para, só tapinha na minha cara". A de Ludmilla, por sua vez, diz: "Vem amor, bate e não para, com na minha cara". Reynaldo pede que Ludmilla e a Warner sejam obrigados a incluir o nome dele como coautor das obras musicais, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil. Ele ainda pede indenização de danos morais de R\$ 200 mil.

O Metrôpoles entrou em contato com a assessoria da cantora, mas não obteve resposta até a publicação desta matéria. O espaço segue aberto para atualização.

Youtuber vence Nintendo em briga por direitos autorais sobre vídeo de Zelda

Meses atrás, em outubro do ano passado, o canal DidYouKnowGaming publicou um vídeo bastante interessante sobre a **descoberta** de um jogo da série >Zelda que seria lançado para o **Nintendo DS**, mas acabou sendo cancelado.

Acontece que, como você já deve saber, a Big N não é muito receptiva quando o assunto é o uso de suas propriedades intelectuais então, como era esperado, a empresa derrubou o mini documentário com uma reivindicação de **direitos** autorais no mês passado.

Mais recentemente, porém, o criador do canal anunciou sua vitória contra a fabricante japonesa, revelando que o YouTube reverteu a decisão e restaurou o vídeo, que já está novamente no ar.

We won.

The Heroes of Hyrule video is back up: <https://t.co/2EHx2jjhha> <https://t.co/UiIb6LA49>

- DidYouKnowGaming (@didiyouknowgamin) December 28, 2022

"Vencemos," disse Shane Gill no Twitter no finalzinho do ano, logo que seu material voltou ao ar. "O vídeo sobre **Heroes** of Hyrule está de volta," comemorou o criador do canal DidYouKnowGaming.

Segundo ele, a plataforma confirmou que **foi** mesmo a Nintendo quem solicitou a remoção do documentário.

O vídeo em questão traz informações sobre **The** Heroes of Hyrule, um jogo da série de sucesso que foi sugerido à Big N pelo pessoal da Retro Studios. Com uma nova pegada, fugindo um pouco da ação e aventura e pendendo mais para o gênero de RPG tático, o spin-off seria lançado para o Nintendo DS e não teria Link como protagonista, mas sim um time composto por personagens de diversas raças diferentes de Hyrule, como Goron e Zora.

Ainda que o documentário tenha retornado ao ar, **isto** não significa que a Nintendo não pode mais solicitar sua remoção. Acontece que, quando um vídeo é derrubado, a empresa que solicitou sua retirada precisa comprovar ter os **direitos** autorais ao material em um prazo de até 10 dias. Como o prazo passou, o vídeo foi posto novamente no ar e o dono do canal não foi processado.

A possibilidade de um processo e a remoção definitiva do vídeo da plataforma ainda existe, mas **agora** seria necessário à Nintendo entrar com uma ação judicial e levar o responsável pelo canal aos tribunais.

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | INPI
3, 7

Patentes
3

Direitos Autorais
4, 8, 9